

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade em Diferentes Setores

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE: PERSPECTIVAS
ESTRATÉGICAS PARA O VALE DO JAGUARI-RS**

**LOCAL DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY: STRATEGIC PERSPECTIVES
VALLEY JAGUARI-RS**

Rodrigo Belmonte da Silva, Lucas Veiga Ávila, Ane Marjorie Sangoi Frozza e João Serafim Tusi da
Silveira

RESUMO

A proposta desse artigo consiste em descrever o Vale do Jaguari, sob aspectos econômicos e sociais, além de apontar, conforme análises técnicas quando na realização do planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari, alguns desafios no contexto do seu desenvolvimento, elencando alternativas estratégicas para nortear políticas públicas. Através de pesquisa bibliográfica, análise de dados secundários, foi possível retratar a região de forma a apontar seu principal problema socioeconômico: o esvaziamento da população jovem da região. Com causas e sintomas complexos, a abordagem da questão-chave, possibilitou múltiplas reflexões. Como resultados das análises, e com a intenção de minimizar as dificuldades econômicas regionais, sugere-se: promover a diversificação e expansão da atividade econômica; a criação de uma unidade de produção integradora; o estímulo ao empreendedorismo; o planejamento e organização dos potenciais APL's; e ainda a elaboração de um modelo de governança eficiente. Espera-se ainda que a reflexão sirva de subsídio para problematização de pesquisas acadêmicas, de alunos de universidades, institutos federais e prefeituras da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Planejamento Estratégico, Inovação Regional.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to describe the Valley Jaguari under economic and social aspects, while pointing out, as when technical analysis in the implementation of strategic planning COREDE Valley Jaguari some challenges in the context of its development, listing alternative strategies to guide public policies. Through research biblio-graphical, secondary data analysis, it was possible to portray the region to point its main socioeconomic problem: the emptying of the young population in the region. With cau-sas and complex symptoms, approach the key issue, possible multiple reflections. The results of the analyzes, and with the intent to minimize the re-gional economic difficulties, it is suggested: promoting diversification and expansion of economic activity, the creation of an integrated production unit, stimulating entrepreneurship, planning and organization of APL's potential, and further the development of an efficient governance model for you. It is also hoped that the discussion will serve as a subsidy for questioning in academic research-dêmicas of students from universities, federal and municipal governments in the region.

Keywords: Regional Development, Strategic Planning, Regional Innovation.

1. INTRODUÇÃO

Localizado na Região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, o Vale do Jaguari, como passa a ser denominado, surge, no decreto nº 45.436, publicado em 10 de janeiro de 2008 no diário Oficial do estado, que institui o COREDE Vale do Jaguari. Até então a região fazia parte do Corede Centro. Com uma articulação política, a chamada “independência” da região acontece, para que ela otimize e transforme suas diferenças sócio-culturais e principalmente sua vocação econômica, em diferenciais para o seu desenvolvimento. O Vale do Jaguari é constituído pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Os Coredes são instituições de deliberação coletiva da comunidade regional, sob a forma de entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e que têm por finalidade assessorar o Governo Estadual na definição e planejamento de diretrizes gerais para o desenvolvimento regional e estadual, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o desenvolvimento social e econômico com a utilização dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

São compostos por representantes dos diversos segmentos da sociedade que participam decisivamente das deliberações coletivas que norteiam o desenvolvimento regional e estadual, razão pela qual são verdadeiros pilares de sustentação do novo modelo de gestão regional adotado pelo atual Governo Estadual.

A área de abrangência do Vale do Jaguari compreende 11.268,10 Km² (4% do Estado) onde vivem aproximadamente 121 mil pessoas (1,12% do Estado). São Francisco de Assis, Santiago e Cacequi ocupam 64,71% da área e abrigam 69,89% da população regional. São Francisco de Assis é o município de maior área e Santiago, o de maior número de habitantes.

Com uma diversidade cultural e dificuldades sócio-econômicas, a região, enfrenta uma grave problema: o esvaziamento da população jovem. No entanto esse é um problema complexo, derivado de inúmeras causas, que vão desde dificuldades de infra-estrutura à falta de capital social. Diante da política de participação popular e descentralização do orçamento, os governos do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2010, os 28 COREDES, realizaram através de metodologias participativas, o planejamento estratégico. Assim os dados e informações foram organizadas em um diagnóstico técnico que permitiu as reflexões e propostas que seguem nesse trabalho.

Portanto a proposta desse artigo consiste em descrever o Vale do Jaguari, sob alguns aspectos econômicos e sociais, além de apontar, conforme análises técnicas quando na realização do planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari, alguns desafios no contexto do seu desenvolvimento, elencando alternativas estratégicas para nortear políticas públicas. Espera-se ainda que a reflexão sirva de subsídio para problematização de pesquisas acadêmicas e extensão, de alunos de universidades, institutos e prefeituras da região.

2. O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO CONTEXTO REGIONAL

A teoria do desenvolvimento endógeno, segundo Barquero constitui no desenvolvimento local definido como:

um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão das transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando a capacidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno (2001, p.57).

A complexidade do conceito reside no fato de agrupar as principais contribuições das teorias econômicas que colaboraram para o debate do desenvolvimento regional do último século. Das contribuições da grande teoria do desenvolvimento e da teoria do desenvolvimento dualista, a teoria do crescimento endógeno *reteve os mecanismos de acumulação e crescimento das economias de mercado*. Da teoria de dependência uma visão sistêmica ou estruturalista, isto é, a necessidade de inter-relacionar tanto as dimensões econômica política e social. No entanto, a teoria do território e a capacidade de agenciamento local no processo de mudança estrutural tornaram-se viáveis, (BARQUERO, 2001, P.73).

Segundo Amaral Filho (2001) o modelo de desenvolvimento endógeno é construído a partir das bases da sociedade local, ou seja, a parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, em vez de um modelo de desenvolvimento externo, isto é, que parte do planejamento e da intervenção conduzidos pelo estado nacional. Dessa forma, reflete-se que esse tipo de desenvolvimento, somente funciona com atores e ambientes que detém bons resultados internos, sendo esses fatores responsáveis pelo capital social que gera um ambiente propulsivo para o desenvolvimento econômico. Essa acumulação de capital, referida pelo autor, são fundamentais para o crescimento, pois se produz como decorrência dos processos que viabilizam a acumulação de capital, criação e difusão de inovações no sistema produtivo, organização flexível da produção, geração de economias de aglomeração, diversificação nas cidades e o desenvolvimento das instituições. O desenvolvimento sustentável de caráter endógeno, pode trazer acumulação de capital, viabilizando economia de escalas, com base na redução de custos de transações, favorecendo as economias diversificadas.

Igualmente, para o desenvolvimento endógeno ser eficaz é necessário uma sincronia de fatores, pois exige envolvimento dos atores, ambiente ativo, pessoas com capital intelectual e social. Referindo-se para área estratégica, mais precisamente redes de empresas, APLs, consórcios, entre outros, pode-se afirmar que é necessário um *território* não somente como espaço geográfico, mas também como dimensão econômica, social e política, historicamente construído e vivenciado; *dinamismo* das fronteiras, intercâmbios e parcerias, por serem construções políticas; *tipos de ligação* existentes no APL (hierárquica, policêntrica e outras formas a estudar), geradas em função das especificidades locais e suas imbricações externas; *capital social*, ou seja, as redes de relações existentes e formadas pelos atores locais, capazes de influenciar as tomadas de decisão e os processos de gestão das economias aglomeradas em APLs; *mercados específicos*, diretamente relacionados com produção local, seja em termos de produtos acabados, de matérias primas e outros insumos e que representam intercâmbios indispensáveis entre produtores, fornecedores e clientes; *vantagens competitivas, vocações e oportunidades*, pontos de partida destes intercâmbios e que têm de considerar, nas duas pontas do processo produtivo, as potencialidades externas e internas, compatibilizando interesses mútuos; *horizontalidade e/ou verticalidade produtiva* dos APL's que caracterizam os mesmos ou são necessariamente implementadas localmente, de forma dinâmica, em função das especificidades locais e suas possibilidades em determinado momento, em relação a agregação de valor e suas relações com fornecedores e compradores, além produção em escala; *especialização* tecnológica e produtiva, fundamental para o avanço da acumulação econômica com base na escala, na qualidade, nos baixos custos e na competitividade; *tecnologias*, eixos principais do sucesso empresarial e que podem trazer em si conhecimentos tradicionais, inovadores ou conhecimentos de ponta, dependendo das circunstâncias do contexto econômico considerado (MIRANDA, 2007).

No entanto, diante dos construtos de Miranda, Barqueiro..etc, cita-se o exemplo da província de Valdivia no Chile, que diante nos construtos de Boisier (1995) estão obtendo sucesso no desenvolvimento endógeno nos pilares de seis fatores do modelo de desenvolvimento. **Atores** - os atores individuais podem ser identificados, nitidamente, pelo

uso do *software* ELITE, desenvolvido no Instituto Latino-Americano e do Caribe de Desenvolvimento Econômico e Social (ILPES) para essa finalidade [Boisier *et al.* (1995)]. Esse *software* oferece a lista individualizada dos membros da sociedade civil que ocupam posições de poder e de influência; **A cultura do desenvolvimento** se manifesta de duas maneiras extremas: em alguns lugares prevalece uma cultura *competitiva/individualista*, capaz de gerar crescimento, mas sem capacidade de gerar um verdadeiro desenvolvimento. Em inúmeros trabalhos já se comentou que uma das chaves do sucesso dos distritos industriais italianos parece consistir na boa combinação microeconômica e meso-social da cooperação e da concorrência; **Recursos** que Peter Drucker (1993) usa também no conceito de sociedade do conhecimento, mas é mais cauteloso — nem por isso menos firme — ao fazer previsões: “seria idiotice prever, hoje, o surgimento da Sociedade do Conhecimento, do mesmo modo que teria sido prematuro vaticinar, em 1776 a chegada da sociedade capitalista, sobre a qual Karl Marx escreveu cem anos mais tarde; **Instituições** uma adequada *institucionalidade* constitui outro dos fatores importantes para se estimular o desenvolvimento — tema favorito nos trabalhos do Prêmio Nobel da Economia Douglas North. **Procedimentos** instituições com as características anteriormente descritas, porém, não são suficientes.

Também os procedimentos adotados são importantes, uma vez que não existe uma correspondência automática entre as instituições e os procedimentos. Atualmente confunde-se, na prática, esse entendimento de gestão de governo com o de tecnologia da gestão do desenvolvimento, que se expressa pela capacidade de construção de um projeto político regional ou provincial, salientando-se, neste caso, a existência de toda uma metodologia à disposição dos governos provinciais e regionais (BOISIER, 1992); **Entorno** o último dos elementos do hexágono do desenvolvimento relaciona-se com tudo o que é externo à região ou à província. É o meio externo configurado pela multiplicidade de organismos, sobre os quais não se tem controle, mas com os quais a região como um todo se articula necessariamente.

Trata-se, fundamentalmente, do mercado em sentido lato, do Estado e do tecido de relações internacionais. Atualmente, essas últimas aparecem com renovada importância à luz de novos esquemas de cooperação internacional de caráter horizontal, ou seja, de região para região. Evidentemente, o desenvolvimento de um território organizado não depende apenas da existência dos seis elementos descritos, nem da sua qualidade, mas depende, basicamente, do modo de articulação. Uma articulação densa e inteligente produzirá, inevitavelmente, o desenvolvimento; uma articulação difusa e aleatória impede o surgimento do desenvolvimento.



FIGURA 1 - Modelo de hexágono do desenvolvimento regional - Fonte: Boisier (1995)

As teorias clássicas a respeito do desenvolvimento regional, geralmente, denotam a idéia da existência de uma força motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos (*linkages effects*), as demais atividades econômicas. Em linhas gerais, é o conhecido paradigma “centro-abaxo” devido à presença de forças impulsoras advindas das regiões centrais. Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

A compreensão das características e do conceito de desenvolvimento facilita a elaboração e implementação de um plano de desenvolvimento das regiões. Boisier (1989, p. 601) sugere que para entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar uma atenção especial, a um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico.

A proposta do autor não substitui, mas complementa as teorias atuais sobre o desenvolvimento econômico regional, que na sua maioria enfatizam, apenas e tão-somente, a dinâmica do crescimento em uma preocupação única de responder ao “como” e não ao “por que” da ocorrência do desenvolvimento:

[...] o processo de crescimento econômico regional pode ser considerado [...] como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região; depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena (BOISIER, 1989, p.616).

Todavia o desenvolvimento regional é o resultado de uma necessidade real, uma forma de gerir mais os fatores de desenvolvimento, tanto na otimização dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes atores. Neste contexto é possível identificar os objetivos fundamentais do desenvolvimento regional, que se traduzem no: combate às assimetrias regionais; aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenos das regiões; promoção do ordenamento do território; e na garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. O desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais. A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região.

3. O VALE DO JAGUARI – CARACTERIZAÇÃO

A denominação da região, foi conhecida em 2007, quando aconteceu o desmembrado do Corede Central, passando a instituir o Corede Vale do Jaguari. É composto por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Possui uma área total de 11.268 Km² de área o que corresponde a 4,50% do território do Rio Grande do Sul. O maior município em área é São Francisco de Assis com 2.508 Km², ou 22,30% da região e o menor é Nova Esperança do Sul com 191 Km² o que representa 1,7% da área da região.

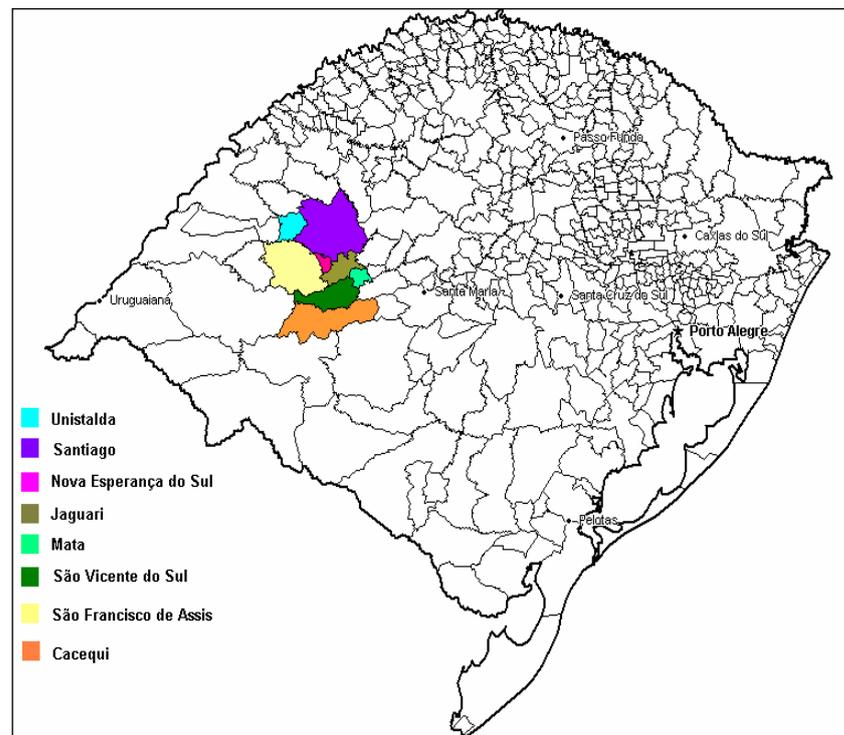


FIGURA 2 - Mapa de localização do Vale do Jaguari

O Vale do Jaguari localiza-se geograficamente na Região Centro Ocidental Rio-Grandense. A região está localizada entre as unidades geomorfológicas do Planalto Meridional e a Depressão Meridional, sendo que os municípios de Cacequi e São Vicente do Sul ficam integralmente situados na unidade geomorfológica Depressão Central. São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul, Jaguari e Mata ficam posicionados de forma que

seus territórios pertencem tanto a uma unidade geomorfológica como à outra. Os municípios de Santiago, Capão do Cipó e Unistalda estão inseridos na unidade geomorfológica Planalto Meridional.

As temperaturas médias anuais têm uma variação aproximada entre 16°C a 20°C. No período de outono ficam entre 12°C a 19°C, caindo para 12° a 16°C no período do inverno, passando por uma média de 18°C a 22°C no período de primavera - no verão atinge médias entre 21°C a 25°C.

Em relação aos aspectos demográficos, de 2000 a 2008, enquanto o contingente regional de pessoas residentes nas zonas urbanas expandiu 4,69%, a população rural regrediu 16,38%. Em consequência, a população total, no mesmo período, encolheu 0,77%, ou seja, 4.214 habitantes. A densidade demográfica do Estado é quase quatro vezes maior do que a da região, o que a caracteriza como formada por municípios com extensão territorial acima da média estadual. Os municípios com as densidades mais expressivas são os de Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul e Santiago.

Quanto à economia, que na maior parte dos municípios o valor adicionado e gerado pela agricultura. Cabe destaque os municípios de Nova Esperança do Sul com forte presença industrial e Santiago, com participação expressiva do setor de serviços.

Conforme dados da RAIS 2007, o baixo desenvolvimento do setor industrial se verifica através dos empregos com carteira assinada gerados, que em 2007, para o total das atividades foram 13.506 empregos e destes apenas 15,70% foram gerados na indústria de transformação, sendo que quase a metade destes gerados no município de Nova Esperança do Sul. Com base nos dados do número de empregos e empresas de 2007, nota-se que a média é de 5,51 empregados por empresa, caracterizando-se um ambiente de micro e pequenas empresas. Para o setor industrial a média é de 12,09 empregados por empresa, influenciada pela média de Nova Esperança do Sul que é de 27 empregados por empresa. (RAIS, 2007).

Na indústria de transformação, em 2007, existiam 175 empresas, que representavam apenas 7,13% do total de empresas do Vale do Jaguari. Cabe destacar que quase a metade (45,71%) das unidades industriais, estavam localizadas no município de Santiago.

Em relação aos dados econômicos existe uma situação preocupante da região. Percebe-se que o Vale do Jaguari possui uma estrutura produtiva pouco diversificada, com forte dependência das atividades agropastoris. Além disso, do ponto de vista das atividades a região é heterogênea, mesclando municípios com base agropecuária e grandes e médias propriedades (Cacequi, Santiago, Capão do Cipó, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda) e outros onde predomina a agricultura familiar e pequenas propriedades (Nova Esperança de Sul, Mata, Jaguari).

A partir dessas constatações, a próxima seção, abordará os principais desafios socioeconômicos e competitivos, para o Vale do Jaguari em seguida demonstrando algumas linhas estratégicas para modificar o cenário descortinado.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se em relação aos seus objetivos e técnica, como um estudo de caso exploratório, em função de aprimorar idéias e fatos, recolhidos do documento de planejamento estratégico do Vale do Jaguari-RS. Documento, formulado pela equipe técnica da Universidade Regional Integrada das Missões e Alto Uruguai, campus de Santiago-RS, com a intenção de estudar alternativas de desenvolvimento para a região. A formulação do referido plano, ocorreu mediante múltiplas discussões com líderes municipais em audiências públicas nos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Os levantamentos e as propostas estratégicas foram concebidos após longas discussões e pesquisas com base no diagnóstico técnico realizado em etapa anterior ao planejamento, e que subsidiou esse. Para chegar à concepção detalhada das estratégias, utilizou-se da técnica de pesquisa bibliográfica, percorrendo o acervo digital e impresso sobre desenvolvimento regional, existente em publicações similares, e confrontando com a realidade regional. Após a coleta de dados, esses foram interpretados e adequados a realidade da Região do Vale do Jaguari.

5. DESAFIOS SÓCIO-ECONÔMICOS REGIONAIS

Os indicadores de escolaridade do IPEA, demonstram que enquanto no Vale do Jaguari, a média de anos de estudo atinge 5,08%, no estado do RS o mesmo dado confere 6,40%. Da mesma forma que enquanto índice de analfabetos no RS é de 9,20%, no Vale, atinge 11,40%, o índice do RS em ensino superior é de 6,87% na Região o indicador atinge somente 4,82%. Chama à atenção a baixa escolaridade do município de Unistalda. A baixa escolaridade do Vale do Jaguari é corroborada com o percentual de analfabetos no grupo de pessoas acima de 25 anos de idade para o ano 2000. Observa-se que apenas Santiago apresentou percentual menor que a média do estado. Na maioria dos municípios o percentual fica acima de 10% e, no caso de Unistalda a participação é de 15,40%.

O desenvolvimento humano pode ser medido pelo IDH e, no caso do Rio Grande do Sul a Fundação de Economia e Estatística (FEE) calcula o IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico. No caso de Vale do Jaguari, o IDESE para a maioria dos municípios é menor que a média do estado, enquanto o RS apresenta um índice de 0,76 o Vale atinge somente 0,67 com exceção de Santiago (FEE, 2006). Entretanto, todos os municípios estão classificados como médio desenvolvimento humano ou socioeconômico. O baixo IDESE na maioria dos municípios pode ser explicado pelas dimensões renda e condições de saneamento e moradia.

O Diagnóstico Técnico e a Análise Situacional elaborados para o planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari em 2010, corroboram, para outras análises. Sinteticamente, o quadro sócio-econômico mensurado, no período 2000-2008, ou em partições dele, é o seguinte:

- População adolescente (15-19 anos) diminuindo a 2% a.a. (no Estado, a 1% a.a.);
- População jovem (20-29 anos) aumentando a 0,5% a.a. (no Estado, a 1,3% a.a.);
- População adolescente e jovem (15-29 anos) decrescendo a quase 0,5% a.a. (no Estado, expandindo-se a quase 0,5% a.a.);
- População urbana crescendo em proporções anuais correspondentes à metade da média estadual;
- População rural decrescendo com intensidade 15% maior do que a respectiva involução no Estado;
- Novos empregos desaparecendo a uma taxa de quase 40% a.a.;
- Emprego formal oscilando sua participação no emprego RS, entre 0,56% a 0,60%, superando apenas um dos 28 Coredes;
- Exportações totais encolhendo a - 2,8% a.a., resultado inferior apenas às taxas, também negativas, registradas por dois dos 28 Coredes.
- Índices de retorno do ICMS estagnados, com base nos auferidos em 2001;
- VABs da indústria e dos serviços declinando sua participação nos respectivos VABs estaduais (27º postos nos rankings dos 28 Coredes);
- VAB da agropecuária aumentando sua participação no respectivo VAB Estadual (porém, ocupando o 23º lugar no ranking dos 28 Coredes);

- Estoque de maquinário agrícola diminuindo insistentemente, enquanto no Estado a maquinaria aumentou 18%;
- PIB diminuindo sua participação no PIB estadual (27ª posição no ranking dos 28 Coredes);
- PIB per capita decrescendo sua participação no PIB per capita RS (última colocação no ranking dos 28 Coredes);
- Investimento per capita realizado no Estado, cerca de 1,2 vezes maior do que o da região;
- Amortização da dívida per capita mais que dobrou em 2008, enquanto a média estadual (2008/2005) aumentou 1,4 vezes;
- Ensino fundamental com matrículas iniciais e número de concluintes decaindo substancialmente;
- Ensino médio, com comportamento similar ao do ensino fundamental, quanto ao sentido das alterações, porém com declínio bem mais acentuado nas matrículas;
- Ensino superior, com matrículas e número de concluintes em drástico declínio;
- Posse e tráfico de entorpecentes aumentando sensível, mas discretamente;
- Programa Bolsa-Família socorrendo quase a metade da população regional;
- Despesas anuais com Assistência Social, providenciadas pelos cenários municipais, aumentaram 208%, de 2002 para 2008;
- Benefícios de Previdência Social, pagos pelas prefeituras municipais, subiram 95%;
- Consumo de energia elétrica por estabelecimento comercial (em 2008), em quatro municípios, chegou à pouco mais de 6,44 MWh, enquanto que o consumo médio estadual foi quase duas vezes maior;
- Consumo de energia elétrica por unidade industrial (em 2000, 2004 e 2007), em sete municípios, foi 56,5% inferior à média estadual;
- Consumo médio de energia na área rural, em sete municípios, não ultrapassou 3,45 MWh, enquanto a média RS passou de 7,6 MWh, em 2000, para 8,51 MWh, em 2008;
- Consumo de energia elétrica por unidade residencial, manteve-se entre 1,1 e 1,8 MWh, enquanto a média gaúcha alcançou 2 MWh.

Com a finalidade de aprofundar as reflexões sobre a realidade do Vale do Jaguari, abaixo se expõe as constatações de maior interesse para justificar a necessidade de políticas públicas que fomentem a questão econômica e social:

- Estrutura econômica pouco diversificada com predomínio de empresas de âmbito familiar;
- A agricultura familiar carece de infra-estrutura e de uma política de crédito que estimule a diversificação das atividades produtivas;
- Produtos agro-pecuários com baixo valor agregado vendidos em boa parte *in natura* e a preços desestimulantes;
- Excessivo número de produtores rurais informais;
- Baixo nível tecnológico na agroindústria;
- Insuficiente assistência técnica aos produtores rurais;
- Escassez de mão-de-obra operacional qualificada em todos os setores;
- Falta de oportunidades de emprego em todos os setores; maciço número de jovens fora do mercado de trabalho;

- Baixo nível de empreendedorismo no setor agropecuário (para cada 1000 pessoas ocupadas na região, no período 1997-2005, apenas 6 eram empreendedores);
- Auto-estima baixa por falta de perspectivas;
- Cultura participativa e comunitária incipiente e escassez de colaboradores e lideranças competentes, determinadas e unidas;
- Debilidade na vocação para o associativismo, dificultando a cooperação e a união de forças na busca de soluções para os problemas locais/regionais; e
- Instituições que atuam na região apresentam um grau de envolvimento comunitário inferior ao de organizações similares localizadas em outras regiões do Estado.

Por ocasião dessas questões aqui apresentadas e da realização do planejamento estratégico da região abrangida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari (RS), Corede Vale do Jaguari, evidenciou-se um grave problema sócio-econômico: o esvaziamento da força de trabalho jovem.

A população adolescente (15-19 anos) diminuiu a 2% a.a., entre 2000-2008, enquanto no mesmo período, no Estado, essa redução média anual foi exatamente a metade. Por sua vez, a população adolescente e jovem (15-29 anos) decresceu a quase 0,5% a.a., enquanto que no Estado ela expandiu-se a quase 0,5% a.a., no mesmo período, constituindo assim o principal problema a ser pensado.

Verifica-se, então, que a região está em processo de *involução* no que ela tem de mais valioso que é o seu capital humano, jovem, social e intelectual. As causas deste fenômeno são multidimensionais e complexas e envolvem variáveis econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, etc.. Porém, a falta de perspectivas regionais de qualificação profissional, de oportunidades de trabalho/empreendimento e de auferir salário/renda, são os principais determinantes.

Além disso, os projetos e programas de desenvolvimento da região postos em prática nas duas últimas décadas partiram da premissa de aproveitamento das potencialidades locais, em especial a agroindustrialização de produtos primários e o incentivo ao turismo com a constituição de rotas (gastronômica, históricas e paleontológicas (SEBRAE/RS).

Estas tentativas, apesar do esforço, não mostraram fôlego para mudar a matriz produtiva da região e diminuir a dependência do setor primário nem foram capazes de gerar empregos duradouros para a maior parte da população que vive nas cidades.

6- Perspectivas Estratégicas para o Vale do Jaguari

As questões até aqui descortinadas, pelas análises sócio-econômicas, são desafios complexos. Por que é preciso refletir em como melhorar a competitividade de um local afastada dos grandes centros urbanos e com forte predominância econômica do setor primário e com indústria incipiente. Este é o caso da microrregião do Vale do Jaguari, localizada na Metade Sul do Rio Grande do Sul, objeto de reiteradas políticas públicas de âmbito federal e estadual para tentar reverter o baixo dinamismo econômico e reduzir a desigualdade relativa em relação a outras regiões do estado.

O Planejamento Estratégico do Corede do Vale do Jaguari em 2010, definiu algumas premissas estratégicas para a região, buscando minimizar os problemas regionais, expostos anteriormente. O documento apresenta como vocação para a Região o agronegócio, com ênfase na pequena propriedade e diversificação e integração de cadeias produtivas e ainda uma perspectiva acerca do turismo. De acordo com a argumentação do documento, a escolha estratégica pela diversificação da matriz produtiva, justifica-se pela incapacidade da

agropecuária tradicional em alavancar o desenvolvimento regional. Demonstrado pelos índices já apresentados e discutidos anteriormente.

Analisando as informações apresentadas e o próprio Planejamento estratégico mencionado, podem-se citar as seguintes perspectivas estratégicas que viriam a amenizar a dificuldade competitiva da região:

a) Promover a diversificação e expansão da atividade econômica: partindo da vocação regional e das culturas existentes na região, a fruticultura, a piscicultura, ovinocultura e pecuária leiteira, são cadeias produtivas que ainda não maduras, possuem recomendável potencial de crescimento em função do volume de produtores familiares envolvidos. Programa de integração de cadeias produtivas, como apresentado no Planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari 2010, propondo projetos integrados agregaria e desenvolveria tecnologias de construção de açudes, de irrigação, de agricultura de precisão, de aproveitamento do couro do peixe, de rotações de forrageiras, de alimentação alternativa dos rebanhos com resíduos da fruticultura e/ou do processamento de frutas (os ovinos e o gado leiteiro poderiam ser alimentados com as folhas e talos da amoreira, por exemplo).

b) Criação de uma Unidade de Produção Integradora: não basta somente pensar a engenharia de produção adequada na integração das cadeias, para influenciar ou convencer o pequeno produtor a aumentar sua área produtiva. Será necessária capacidade de processamento e busca de novos mercados. A idéia de uma unidade de processamento integradora segue dois vieses: primeiro, buscar solucionar o problema de recebimento de matéria-prima, compra, do pequeno produtor, tanto fruticultura, como couro, e dar seguimento á cadeia produtiva com elaboração de produto final, levando em consideração qualidade e volume de entrega, hoje, inexistente nos produtos *in natura*, comercializados na sua maioria pela região. E a segunda justificativa é a questão de criar no seu entorno serviços secundários e desenvolver outra aglomeração não só de produção, mas de mão-de-obra, necessária para dar volume de ocupação para a região. Várias experiências regionais podem ser citadas, como exemplo de insucesso, nas questões das associações de produtores e fruticultura, portanto a idéia não seria incubar uma unidade, mas utilizar pela tradição, marca e consistência histórica e de mercado uma empresa que já esteja no mercado. Por exemplo, a Cooperativa Agrária São José de Jaguari, que com mais de 80 anos, constitui um modelo de cooperação bem sucedido. No entanto essa estratégia necessita ser mais bem lapidada, pois possui fatores críticos, primeiro pela aceitação da empresa e segundo, a disponibilidade de mudança estratégica dentro da entidade.

c) Estímulo ao Empreendedorismo: o sucesso de um negócio depende, em grande parte, do conhecimento empresarial do empreendedor. A educação empresarial com efetiva acumulação de conhecimento é fator primordial para o crescimento das micro e pequenas empresas. Para isso, é preciso desenvolver competências profissionais que possibilitem o “aprender a aprender”, com um crescente grau de autonomia intelectual e profissional. E os atores fundamentais para a realização dessa mudança cultural são os centros de ensino de excelência. O ensino tradicional ainda persiste em formar ou moldar os alunos para serem apenas e empregados, entravando o desenvolvimento de dimensões relevantes como a autonomia e a criatividade. A proposta, portanto, é criar outras alternativas para a matriz produtiva que não venha somente do setor primário. Para tal é necessário uma mudança

comportamental, em longo prazo, ações como a criação de um centro de empreendedorismo, onde o ensino sai do tradicional e preocupa-se a atingir desde o público do ensino básico até o ensino superior e de pós-graduação, garantindo em visão de futuro, competências empreendedoras. A criação de um comitê regional de empreendedorismo ou agência de desenvolvimento, também é uma estratégia que poderia agregar na governança dos planos estratégicos municipais e regionais de desenvolvimento. Outro fator que ainda é inexpressivo nas Universidades e Institutos é a presença das incubadoras de novos negócios, importantes para o estímulo ao empreendedorismo, são espaços de pesquisas e alavancagem de idéias inovadoras, com base tecnológica, uma maneira segura e científica de promover o crescimento sustentável de novas empresas, alternativa que poderia ser trabalhada levando em consideração a vocação regional.

d) Planejamento e Organização dos Potenciais Arranjos Produtivos Locais: um comitê gestor para melhoria competitivo após o mapeamento estratégico dos APL's potenciais da região, integraria os atores locais e organizaria a cadeia produtiva, além de disseminar informação e reforçaria os vínculos de confiança e cooperação, e qualificando também mão-de-obra especializada. Deve-se pensar na criação articulada de organizações e institucionalidades de caráter intermediário, que façam a mediação entre o poder público local, empresas e restante da sociedade; o planejamento também auxiliaria na definição a especialidade setorial de cada segmento e a trabalhar as políticas de qualificação e tecnológicas na direção de melhoria da qualidade e competitividade dos produtos priorizados.

e) Desenvolver Estrutura e Modelo de Governança: todas as estratégias mencionadas anteriormente necessitam de aplicabilidade prática. Costa (2008) menciona uma estatística preocupante quando cita que de cada dez empresas que praticam planejamento estratégico apenas uma consegue colocá-lo em prática. Dentro dessa ótica, o desafio será pensar uma estrutura que favoreça a implementação das estratégias mencionadas anteriormente. Um das alternativas constitui-se no modelo de consórcios intermunicipais, mesmo com exemplos e tentativas anteriores infrutíferas, essas ações poderiam proporcionar o ganho em escala tão necessário para a região. Rateando custos e possibilitando pela relevância e congruência política o capital social entre os municípios, seriam apenas algumas das contribuições que o consórcio poderia significar para a representatividade consistente da região do Vale do Jaguari. Outra medida necessária seria a criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional, visto que o COREDE como entidade jurídica não possui a competência legal para financiar e captar recursos, ou seja, executar os projetos de desenvolvimento. A agência com administrador profissional, seria o impulso necessário para congregar as entidades, poderes políticos e *Stakeholders* do Planejamento regional, interagindo e buscando alternativas incessantes de crescimento e oportunidades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como proposta descrever brevemente a região do Vale do Jaguari, sob aspectos econômicos, sociais e competitivos, elencando os desafios e sugerindo direções estratégicas para o seu desenvolvimento. Após as análises percebe-se que a atual

matriz produtiva, baseada na agropecuária extensiva, não possui capacidade de alavancar economicamente a região.

De acordo com o Sindicato Rural de Santiago, por exemplo, nos últimos sete anos o custo de produção da soja aumentou 56%, enquanto que seu preço caiu 31%, além de nos últimos dez anos, somente no ano de 2002, o preço de venda cobriu seu custo; nos últimos vinte anos, em treze deles, os resultados da atividade orizícola foram negativos; além de no período 1997-2008, a pecuária de corte, no sistema de “Cria”, apresentou prejuízo em oito anos – o sistema de “Recria/Engorda”, em sete – e o sistema de “Ciclo Completo”, em dez; (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO VALE DO JAGUARI, 2010).

Esses dados justificam a necessidade de mudança e diversificação da matriz produtiva, o estímulo a empreendedorismo, uma melhor organização e decisão do que produzir, além de integração entre os poderes públicos locais em torno de economia de escala.

Entretanto, o caso do Vale do Jaguari, mostra algumas limitações da política para seu desenvolvimento, pois embora o mapeamento dos APL's ditos estratégicos, esses, não estão vinculados ao centro dinâmico, o que implica em dificuldades de inovação e acesso aos mercados. Assim, o Vale, inserido na grande região da Metade Sul do Rio Grande do Sul, que historicamente tem apresentado baixo dinamismo econômico e com dificuldades de diversificação da matriz produtiva, pode oferecer elementos para novos estudos sobre o desenvolvimento endógeno. Estes estudos devem levar em conta o tipo de industrialização existente (incipiente, difusa e com baixo padrão tecnológico), a baixa densidade populacional, distancia dos centros consumidores e as dificuldades de infra-estrutura (estradas, pesquisa, entre outros).

É preciso dizer, que esse estudo não se esgota, pelo contrário, só inicia. Existem muitos campos e problemas de pesquisas a serem levantados em busca de melhorias e alternativas competitivas para a Região.

No entanto é necessário frisar, ao término dessa discussão, que o processo chamado de *involução* da Região, está baseado na perda do que a mesma tem de mais valioso: o seu capital humano. Para vencer o desafio será preciso aglutinar forças políticas em torno de uma realidade que é coletiva, deixar de lado as políticas públicas locais e individualistas em detrimento das regionais, com a intenção de melhorar o poder de escala de produção da Região, além de criar economia de aglomeração.

Referências

BARQUERO, A. V. Desarrollo endogeno y globalizacion. *Revista EURE*. No 79, p 47 a 65, Santiago de Chile, 2000.

Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari – RS, *Planejamento Estratégico Corede Vale do Jaguari*. URI: 2010.

Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari – RS, *Análise Situacional Corede Vale do Jaguari*. URI: 2010.

COSTA, Elieser Arantes da. *Gestão Estratégica; da empresa que temos para a empresa que queremos*. 3º Ed – São Paulo: Saraiva, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. *Dados do COREDE Vale Do Jaguari*. Disponível em: <http://www.fee.tc.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>. Acesso em 10 de julho de 2008.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. - RAIS. *Dados do COREDE VALE DO JAGUARI*. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/>. Acesso em 10 de agosto de 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. *Relatório de desenvolvimento de microrregiões*. Porto Alegre, SEBRAE, 2010.

BOISIER, Sérgio. Desenvolvimento. In: Siedenberg, D. R. *Dicionário desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BOISIER, S. et Alli. *Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional*. — Santiago de Chile: ILPES/DPPR, 1995.

BOISIER, S. *Política econômica, organização social e desenvolvimento regional*. In: HADDAD, P. R. (Org.), 1989.

MIRANDA, Henrique e all. *Diagnóstico rápido participativo das reservas de desenvolvimento sustentável Alcobaça e Pucuruí-Ararão*. Belém, convênio SECTAM / ELETRONORTE / POEMA, 2007.